

O DESAFIO DE SE EDUCAR PARA A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rogério dos Santos Silva
Divaneide Lira Lima Paixao

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a concepção de alunos da educação básica acerca do conceito de cidadania e discutir os desafios de se educar para cidadania nesse nível de ensino.. Optou-se por desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo, cuja coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionários em duas escolas públicas, uma situada em Ceilândia, no Distrito Federal e outra localizada em Águas Lindas de Goiás, cidade do Entorno de Brasília. Participaram da pesquisa 32 alunos. A análise dos dados foi realizada com ajuda do software Alceste. Os resultados apontam que os participantes têm uma visão limitada da cidadania, entendendo-a basicamente como direitos e deveres. Também ficou claro que os alunos apontam a melhoria das escolas e da qualidade da educação como desafio para se educar para uma cidadania plena.

Palavras-chave: Cidadania; Educação Básica; Escola Pública.

INTRODUÇÃO

A compreensão do conceito de cidadania surgiu entre os séculos VIII e VII a. C., tendo sua origem ligada ao desenvolvimento da *polis*, na Grécia, conforme indica Covre (1998). Segundo esta autora, na *polis* os cidadãos podiam participar, argumentar, dar opiniões sobre os assuntos da cidade, mas eles se constituíam em uma minoria ligada às famílias nobres.

Somente na chamada era moderna é que o conceito de cidadania, no que compete o seu ideal de igualdade entre os homens, foi efetivamente retomado, quando avanços no campo da técnica e da política provocaram mudanças e influenciaram os direitos e deveres dos cidadãos. Carvalho (2009) observa que tais mudanças só foram possíveis em função das lutas sociais observadas em diversos países. Ao longo dos séculos XIX e XX essas lutas são responsáveis pela forma como o conceito de cidadania é compreendido nos dias de hoje.

De acordo com Marshall (1967, *apud* PAIXÃO, 2008) para entender o conceito de cidadania é preciso atentar para os direitos civis e sociais, colocando a cidadania também no campo jurídico e moral. Para o autor a cidadania pode ser entendida como participação total do indivíduo na comunidade política. Marshall descreveu o desenvolvimento da

cidadania na Inglaterra, relacionando os direitos civis ao século XVIII, os direitos políticos ao século XIX e os direitos sociais ao século XX.

No campo da Educação vale chamar atenção para o fato de que, no Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013) enfatizam que a cidadania é concebida como forma de socializar as pessoas de acordo com valores e padrões culturais e ético-morais da sociedade e como meio de difundir de forma sistemática os conhecimentos científicos construídos pela humanidade.

A constituição de 1988 (BRASIL, 1988) em seu artigo 205 prevê que “a educação será direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, esse é o principal mandamento das instituições de ensino no Brasil.

Para Gonçalves (2012, p. 16) “a educação é frequentemente apontada como um dos caminhos possíveis para se combater os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais”. Sendo assim, este estudo se justifica por buscar compreender, ainda que de modo preliminar, a relação entre educação e cidadania na prática cotidiana das escolas e pela certeza de que é importante educar para cidadania, já que cidadãos bem preparados para exercer os seus direitos podem ser responsáveis por transformar vidas.

Podemos pensar na cidadania do ponto de vista civil, político e social. A cidadania civil, foi a primeira a surgir, diz respeito ao direito de ir e vir, ao direito de ter fé, pensar livremente, ao direito de liberdade e ao direito de trabalhar. Segundo Marshall (2002) esse foi o primeiro conceito de cidadania que existiu. Seguindo a linha de raciocínio de Marshall, a cidadania civil surgiu no século XVIII, a cidadania política veio logo no século XIX, com os direitos de votar e ser votado.

A história da cidadania no Brasil se mistura com as lutas sociais, portanto, a cidadania se torna inseparável dos movimentos sociais, movimentos que marcam a história do Brasil seja pelos direitos políticos ou por melhorias sociais, ou por terras, movimentos por direitos à educação, entre outros.

Em tempos de globalização neoliberal as nações ainda estão passando por um processo de competitividade, elas estão investindo em políticas educacionais para formação de mão de obra especializada capaz de aumentar a economia do país. Para Roger Dale (2010, p. 43) “o estado competidor apenas muda o papel do Estado nas suas prioridades relativas a cada um dos três problemas centrais que tem caracterizado o mandato para a educação nas sociedades capitalista democrática”. Instituições como Banco

Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) são influenciadores na formulação de políticas que as tornam um sistema de mercado global.

A escola é um lugar de acolhimento das várias crenças, etnias e diferenças. Ela deve atender a um grupo de crianças e adolescente em que não se define aspectos sociais e culturas. Neves (2013) aponta que um dos papéis da escola nos dias de hoje é o de compreender e influenciar a formação dos estudantes nos ambientes educacionais, a fim de se estimular uma concepção para a vida, com uma nova consciência. É fundamental que a educação garanta aos alunos o pleno favorecimento de valores no seu processo de educação para cidadania.

De fato, também para Siegel (2005) para acontecer uma educação para a cidadania é preciso resgatar e incorporar os valores de solidariedade, de fraternidade, de respeito às diferenças de crenças, culturas e conhecimentos, de respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Muller (2008) aponta a escola como o espaço legítimo de socialização, a sociedade contemporânea apresenta diferentes desafios e possibilidades para as crianças. É na escola que a criança irá chegar a maturidade. Muito antes de Muller, Durkheim (1973) sinalizava que a educação tem por finalidade promover não apenas a socialização, mas também as habilidades físicas, intelectuais e morais.

O objetivo deste trabalho foi analisar a concepção de alunos da educação básica acerca do conceito de. Buscou-se a partir dos dados construídos no contato com os participantes, discutir a oferta de uma educação capaz de preparar os educandos para o exercício pleno de sua cidadania. Assim, o estudo se justifica por buscar contribuir com o debate sobre as concepções e práticas de cidadania presentes nas escolas, o que pode ajudar nas discussões sobre as políticas públicas de educação voltadas para a construção do ser cidadão.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa cuja preocupação com a interpretação e não a mera descrição dos resultados obtidos esteve presente em todo o trabalho. A pesquisa qualitativa corresponde a um processo de reflexão e análise da realidade, permitindo a compreensão detalhada do objeto pesquisado em seu contexto. Para Ludke e André (1986) a “pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta

de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. O pesquisador deve se preocupar com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.

Participantes e Campo de pesquisa

Participaram 32 alunos matriculados no 3º ano do ensino médio em duas escolas. Dos 32 alunos, 16 eram do gênero masculino e 18, do feminino.

A pesquisa foi realizada em duas escolas, uma delas situada no entorno de Brasília, na cidade de Águas Lindas de Goiás (escola 1). Esta escola funciona em prédio alugado pelo governo do Estado de Goiás.

A segunda escola está situada na região administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal (escola 2).

As escolas atendem aos alunos do ensino médio em três turnos.

Instrumentos

Como instrumento para construção dos dados da pesquisa utilizou-se o questionário. Optou-se pelo questionário porque, segundo Gil (1991) ele implica menores gastos, garante o anonimato das respostas e possibilita atingir grande número de pessoas.

O questionário foi composto por oito questões abertas, além das questões para levantamento dos dados sociodemográficos.

Procedimento de análise dos dados

Para análise de dados do questionário utilizou-se o software ALCESTE. Este *software* foi criado na França, em 1979, por Max Reinert. O programa disponibiliza para análise uma série de procedimentos estatísticos aplicados a bancos de dados textuais

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As oito questões abertas do questionário para coleta de dados foram lançadas na interface do ALCESTE, que detectou 5.394 palavras. Destas, 730 apresentaram formas distintas. Foram identificados dois eixos (denominados A e B) e o programa organizou o discurso dos participantes em quatro classes.

A figura 1, a seguir, representa a quantidade de UCEs em cada uma das classes e seus valores percentuais em relação ao total do *corpus* analisado. A figura 2 representa a árvore de classificação descendente e mostra os eixos com suas respectivas classes.

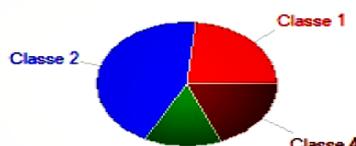
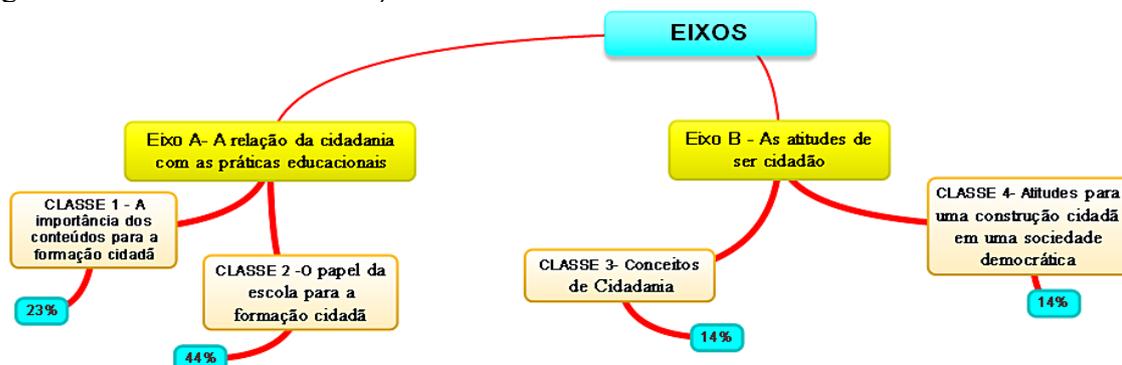


Figura 1 - Distribuição das unidades de Classes

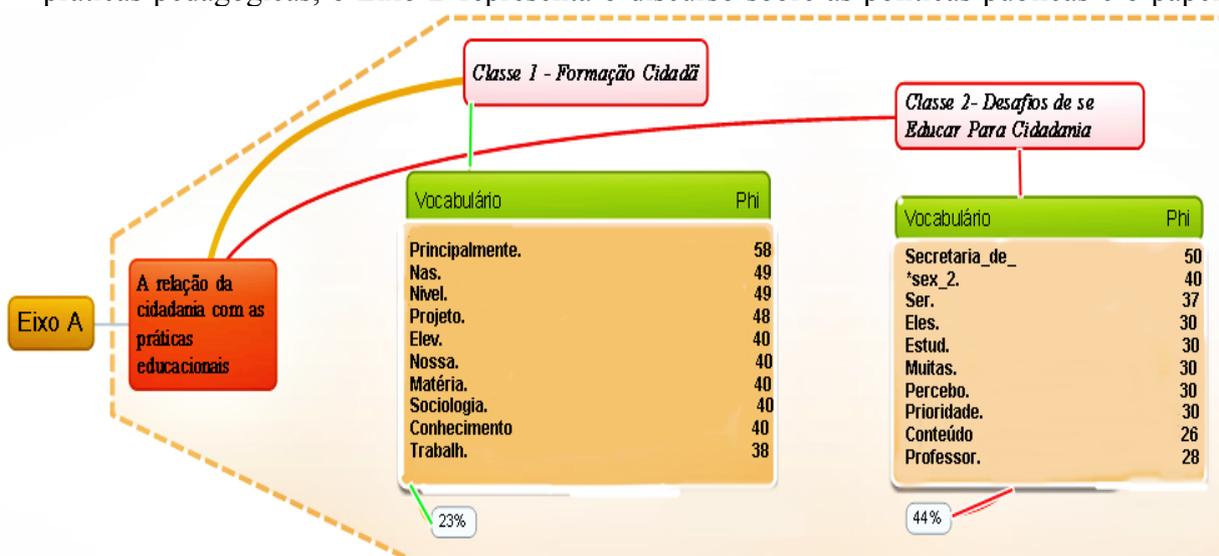
Fonte: Relatório detalhado do Alceste: Resultados gerais.

Figura 2 - Árvore de Classificação Descendente.



importante para a formação cidadã.

O eixo B é representado pelas classes 3 e 4 e aborda os desafios das políticas educacionais em uma construção do ser cidadão. Em suas classes os alunos trazem um discurso voltado para o conceito de cidadania e as atitudes de um ser cidadão. Os dois eixos têm suas particularidades, enquanto no Eixo A aparecem mais verbalizações sobre as práticas pedagógicas, o Eixo B representa o discurso sobre as políticas públicas e o papel



filosofia buscam desenvolver um trabalho voltado para a cidadania, como podemos observar nas falas a seguir, quando lhes foi perguntado sobre as disciplinas nas quais se percebe um trabalho voltado para o desenvolvimento da cidadania:

(...) Através de conteúdos passados. Principalmente sociologia e filosofia.
(Aluna 21, 18 anos. Escola 2),

(...) A matéria de sociologia tem projeto que ajuda a desenvolver a formação cidadã. (Aluno 12, 17 anos. Escola 2)

Nota-se que os alunos associam os conteúdos explorados pelos professores de sociologia e filosofia àqueles que ajudam a entender e a exercer a cidadania plena. É evidente que a matéria de Sociologia incorpora as discussões sobre cidadania, já que ela é uma ciência que explica os conceitos sociais. A finalidade do ensino médio é ensinar o exercício pleno da cidadania, portanto, as disciplinas de Sociologia e Filosofia não podem sozinhas, desenvolver essas competências. Para isso precisa-se que todas as matérias se comprometam para que a autonomia e consciência crítica sejam desenvolvidas no estudante.

A palavra 'projeto' também se destaca no discurso que compõe esta classe. Ainda que muitos alunos sinalizem que são as disciplinas de Filosofia e Sociologia as responsáveis pelo trabalho voltado para a cidadania, eles não conseguem identificar, em suas escolas, algum tipo de projeto que seja direcionado para o estudo da cidadania. Grande parte dos participantes respondeu que não sabe ou cita a palavra projetos pedagógicos, como podemos observar a seguir:

Através de projetos pedagógicos (...) (Aluna 12, 18 anos. Escola 1)

Projetos para uma boa educação. (Aluna 25, 20 anos. Escola 2)

Em síntese, na classe 1, estão reunidos os discursos mais informativos que se referem, principalmente a duas questões feitas aos estudantes: a primeira questão era se os conteúdos explorados pelos professores os ajudam a exercer a cidadania plena? E a segunda questão, perguntava como os alunos percebem a educação para cidadania em sua escola. As falas aqui apreendidas sinalizam que nesse *nível* de ensino e *principalmente nas matérias de sociologia* e Filosofia que o *conhecimento* sobre cidadania é *trabalhado e elevado* nas escolas campo da pesquisa. Mostra também que para estes alunos não é fácil perceber um *projeto* específico que discuta mais pormenorizadamente as questões relativas à cidadania, provavelmente porque projetos dessa natureza não costumam mesmo figurar em nossas escolas.

A classe 2 representa 44,0% do corpus analisado. Os discursos que compõem esta classe revelam um cunho mais crítico apresentado por alguns alunos que parecem estar insatisfeitos com o papel da escola para a formação cidadão.

Conforme as verbalizações presentes na classe 2, esse grupo de alunos entende que a grande dificuldade para se ensinar para cidadania é a própria formação docente. Tal como podemos conferir abaixo:

Percebo que vem muito da parte dos professores. (Aluna 23, 17 anos. Escola 2)

Melhoria nas escolas, boa formação de professores. (Aluna 2, 17 anos. Escola 1)

Estas alunas entendem que os professores precisam de uma boa formação para que possam ensinar os conteúdos de acordo com a realidade social. Para muitos, o professor é aquele que dá aulas, ensina os conteúdos e aplica prova, mas ser professor vai além disso.

Paulo freire (1975) comunga desta afirmação e relaciona à formação as qualidades de autoridade democrática, mostrando a segurança de si mesmo para seus alunos. Para o autor é uma segurança que expressa firmeza com que atua. É papel do professor zelar pela formação para cidadania, para a cultura, para a profissionalização, para que eles tenham uma vida social justa.

Educar é fazer com que seus alunos sejam agentes de suas próprias mudanças, para isso o professor precisa provocar seu aluno, fazer dele um pesquisador. Esse é um grande desafio que a educação nacional tem: preparar melhor seus professores com uma formação continuada tanto na teoria como na prática, fazer de seus professores pesquisadores e implantar no currículo educacional a pesquisa para crianças e jovens na educação básica.

Além disso, os participantes desta classe acreditam que a Secretaria de Educação é responsável pelos conteúdos que eles estudam. Como podemos observar nas falas seguintes:

A Secretaria de Educação, pois eles mandam os livros com todo o conteúdo para a escola (Aluna 9, 17 anos. Escola 1)

Para mim quem os determina e os professores e a Secretaria de Educação (Aluna 2, 19 anos. Escola 1).

A Secretaria de Educação não é responsável pelo conteúdo que é ensinado nas escolas. A Secretaria de Educação zela pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Os documentos que regem a educação são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o PNE, que é atualizado a cada 10 anos.

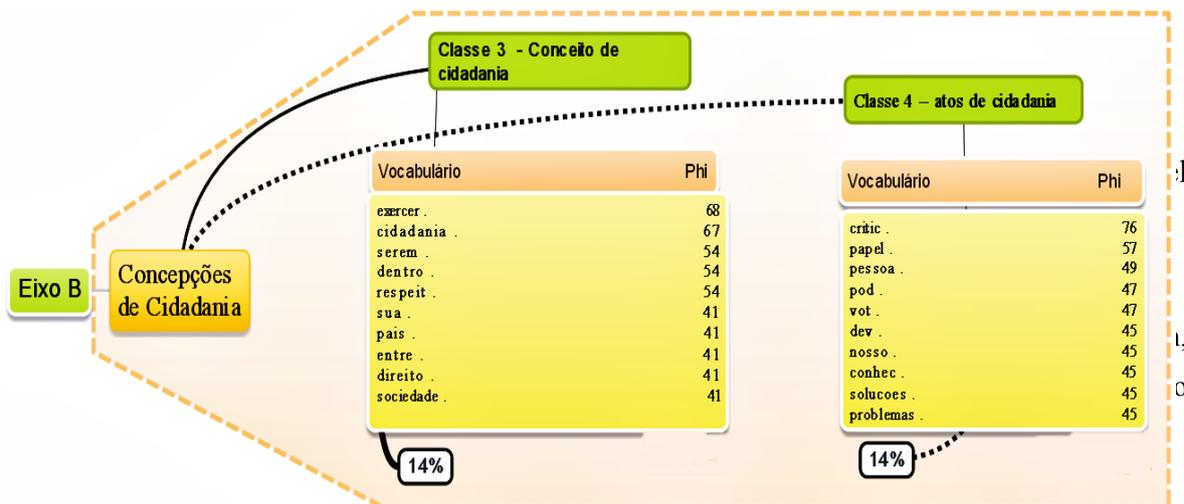
Quem especifica os currículos escolares são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). No entanto, em 1990, o Brasil participou da conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtiem, na Tailândia, que foi convocada pela UNESCO, O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. Foi esta conferência que resultou na criação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). A partir daí que surgiram os PCN's que nasceram da necessidade de oferecer a toda população brasileira uma educação de qualidade, independentemente da religião, etnia, gênero, região de origem ou da classe social.

Essa influência nas políticas educacionais tem afetado intensamente as políticas sociais. Como indica Abdi (2012) às políticas neoliberais de globalização afetam as políticas de educação que atrapalham o desenvolvimento social e têm criado uma fragilidade no bem-estar social, papel contrário aquele que se espera construir. Para Guimarães-Losif (2009) o currículo escolar da escola pública brasileira está ultrapassado, pois as escolas formam alunos com uma visão extremamente limitada e descontextualizada dos problemas que afetam o mundo.

Na classe 2 estão reunidos os discursos mais informativos que se referem as seguintes questões levantadas aos estudantes: “Quem você acha que determina os conteúdos que você estuda?” E, “Em sua opinião quais as maiores prioridades e desafios das políticas educacionais hoje?” As falas aqui apresentadas sinalizam que os alunos acreditam que os *conteúdos* que *eles estudam* vem da *secretaria de educação*. Os alunos *percebem* que os *professores tem um papel de prioridade* na formação deles. Esse eixo mostra também que esta classe é representada, em sua maioria, pelo sexo feminino (*sex_2*).

A Figura 4 mostra o eixo B e as classes que o compõem, classes 3 e 4. Estas representam o discurso dos alunos sobre suas concepções de cidadania. As classes 3 e 4 têm como denominador comum a criticidade na forma de pensar dos alunos. O eixo B representa 28% do corpus.

Os alunos reunidos na classe 3 apresentam uma compreensão melhor do conceito de cidadania. Conclusão feita após análise das palavras agrupadas nessa classe a partir das UCE's, que representam 14.0% do corpus.



O pensamento aristotélico acredita que a cidadania se aplica ao exercício da atividade política. Para Aristóteles, ser cidadão significa poder governar e ser governado. A política é o centro onde tudo acontece, sem ela não há uma construção social. Assim também entende Pedro Demo (1941), para quem a conquista da autonomia e da construção social é necessária para superar a pobreza política.

Felizmente, a maioria dos alunos que representam esta classe apresentam clareza de que para o exercício da cidadania acontecer é necessário que eles tenham uma participação política, isso fica evidenciado nas seguintes falas:

Votar limpo, se adequar as normas corretas, participar politicamente, argumentar corretamente, cumprir com deveres e buscar seus direitos. (Aluna 19, 18 anos. Escola 2)

É exercer e respeitar seus direitos e deveres na sociedade (Aluno 18, 18 anos. Escola 2).

Essas verbalizações deixam claro que os professores precisam fazer com que suas atividades fiquem mais próximas da realidade social dos alunos. Para Ferreira (1993) as

atividades dos educadores necessitam “envolver aspectos políticos, econômicos e sociais e, mais do que isso, tem uma dimensão ética, cuja legitimidade está ligada a esses fins” (p. 5).

Para Arroyo (1996) é preciso haver relação entre a educação, a cidadania e a participação política, para que o povo seja considerado elemento participativo das decisões políticas.

Observa-se que os alunos conceituam o termo cidadania a partir de termos como: exercer, respeito, direito e sociedade. A cidadania é conceituada de diferentes formas por alguns autores, Carvalho (2009), Marshall (2002) e Gonçalves (2012) classificam o termo cidadania associado aos direitos civis, políticos e sociais. Já Arendt (2001) afirma que cidadania é o direito de ter direitos. Quando falamos de cidadania não nos é possível o distanciamento da ideologia de direitos e deveres, mas para que de fato ela ocorra, é necessário que o cidadão participe das políticas em conjunto com a sociedade.

Em síntese, na classe 3 estão reunidos os discursos mais informativos capturados pelo Software Alceste com base nas seguintes perguntas feitas aos alunos:

Ao ler a tirinha (Cf figura 5), você concorda que este é o papel do cidadão no dia a dia? Cidadania é apenas um ato político? E para você, o que é ser cidadão?

Figura 5 – Tirinha apresentada aos alunos



As falas apreendidas demonstram que a *cidadania* é conceituada pelos alunos como um *direito* que a *sociedade* tem *dentro* de um *país*. Evidencia-se também, que o conceito de cidadania para esses alunos é limitado aos termos *respeito* e *direitos*, embora muitos tenham demonstrado a compreensão de que é preciso ter um posicionamento político para atuar como um cidadão.

A classe 4, que também compõe o Eixo B, possui 14 % do corpus e demonstra que os alunos reconhecem os atos para uma construção cidadã em uma sociedade democrática. Podemos observar que os alunos falam do voto como um ato que pode fazer a diferença para soluções políticas:

Para mim, as pessoas não conhecem o verdadeiro significado de cidadania. É saber usar seus poderes como cidadão, tanto no voto como outras áreas. (Aluno 4, 17 anos. Escola 1).

As pessoas não devem apenas criticar a política, devem fazer valer seu voto na urna. Ser uma pessoa digna, agir corretamente e ajudar o próximo. (Aluno 8, 17 anos. Escola 1)

Constata-se nas falas acima que o direito político é mais enfatizado na formação desses alunos. Marshall (2002) e Carvalho (2009) já alertavam que para o sujeito ser um cidadão ativo, ele precisa ter uma participação ativa nos seus direitos políticos.

Na escola, a construção do conhecimento está a serviço da produção de valores emancipatórios, como diz Redin (1998) esses valores tornam os cidadãos mais libertadores, formadores de sujeitos históricos, críticos e conscientes, capazes de conquistar e exercer a cidadania em uma sociedade.

A palavra com maior representatividade na classe 4 é a palavras “crítica”, os alunos entendem que não se deve criticar a política o tempo todo, e sim agir procurando por seus direitos e soluções de problemas:

As pessoas não devem apenas criticar a política, devem fazer valer seu voto na urna. (Aluno 8, 17 anos. Escola 1)

Cidadania, não e só falar mal, ou criticar, tem que proporcionar soluções aos problemas que se apresenta na sociedade. (Aluno 12, 17 anos. Escola 1)

Os alunos interpretam o ‘criticar’ como algo negativo, Paulo Freire (1975) relata que não é possível que o sujeito seja autônomo sem sua criticidade, mantendo uma visão ingênua do mundo. Criticar não quer dizer que algo está ruim, ser critico ou criticar é discernir valores de uma pessoa ou das coisas.

Pátaro (2013, p. 4) acredita que “a escola precisa desenvolver práticas que levem os alunos a analisar e atuar criticamente diante da realidade.” Apesar de ter vários métodos para dar ao aluno uma autonomia de conhecimentos, a escola não consegue sair do tradicionalismo, é o que afirma Demo (2001).

É necessário que a escola tenha uma prática pedagógica diferenciada, conforme postula Freire (1987) para quem a prática docente deve ser estimulante, através de curiosidades, de questionamentos e levando o aluno a pensar no que está fazendo.

Em síntese, na classe 4, estão reunidos as falas mais representativas que se referem as seguintes questões feitas aos estudantes: Como você percebe a educação para cidadania em sua escola? E, o que é cidadania para você? Os alunos acreditam que uma boa educação pode trazer para eles uma *solução* dos *problemas* gerados pela falta de comprometimento dos políticos. O *voto* representa o *papel* fundamental para acontecer uma democracia.

CONCLUSÕES

De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa e a análise feita a partir deles, fica claro que os alunos participantes do estudo mostraram uma interpretação significativa em relação a concepção cidadania, entendendo-a como um ato político e social, mas a maioria não avança com relação ao conceito disseminado no senso comum, o que também acontece com os professores e gestores.

Na visão dos estudantes a escola precisa melhorar o processo de ensino e aprendizagem que os orientam para uma formação cidadã. Para essa educação ocorrer é necessário quebrar paradigmas, romper com essa leitura superficial do mundo. Isto é, os professores necessitam de políticas públicas de formação inicial e continuada para que eles possam ter um conhecimento técnico suficiente e sejam capazes de orientar seus alunos.

Foi possível concluir que a cidadania nas duas escolas pesquisadas é um assunto pouco discutido e com poucas ações pedagógicas e para que esse cenário mude é necessário que a formação dos educadores seja continuada e de qualidade, é necessário primeiro educar esses profissionais para exercer o papel de cidadão, para que depois sejam capazes de construir outros cidadãos, de forma a desenvolver neles o senso de ética, de democracia, uma visão crítica da realidade que os cerca, tornando os seus alunos pessoas ativas no cumprimento dos deveres, na resolução de problemas sociais, e na fiscalização de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ABID, A..A. **Políticas educacionais internacionais em tempos de globalização neoliberal**: desafios ao desenvolvimento social. EM: GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce

(Coord.). Política e governança educacional: contradições e desafios na promoção da cidadania. Brasília, DF: Editora Universa, 2012.

ARENDT, H.h. **Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954** . Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

BRASIL. Secretária de Educação. **Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, Ética**. vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997, 146 pag.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <w.mec.gov.br>. Acesso em: 17 Fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 135 p. **(Orientações curriculares para o ensino médio; volume 2)**

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995. 78

DALE, Roger. **A sociologia da educação e o estado após a globalização**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out.-dez. 2010

DELORS, J. Educação: **Um tesouro a descobrir**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora e Livraria Ltda., 2001

DEMO, P. **Saber pensar**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

FERREIRA, N. T. **Cidadania: Uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, P.. **Educação como prática da liberdade**. 12.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P.. **Pedagogia do oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed São Paulo, SP: Atlas, 1991.

GONÇALVES, A. L. **A cidadania na educação infantil** : perspectivas políticas e práticas pedagógicas em instituições privadas. Brasília, 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012

GUIMARAES-IOSIF, R. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil**: impedimentos para a cidadania global emancipada. Brasília, DF: Liber Livro, 2009.

GUIMARÃES-LOSIF, R. (Coord.). **Política e governança educacional**: contradições e desafios na promoção da cidadania. Brasília, DF: Editora Universa, 2012.

KLEIN, R. **A boa escola**. O Globo, Rio de Janeiro, p. 7, 31 mar. 2005

LEITE, S. A. da S.. A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista. *Psicol. cienc. prof.* v.9 n.3 Brasília 1989.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARSHALL, T. H.; PORTO, W. C.. (Ed.). **Cidadania e classe social**. Brasília, DF: Senado Federal, 2002. ed.Porto, Walter Costa.70 p. (Coleção leituras sobre a cidadania).

MULLER, F.a. **Socialização na escola: transições, aprendizagem e amizade na visão das crianças**. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 32, 2008.

NEVES, D. G. B. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a formação de valores na concepção dos educadores**. Brasília, 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.

PÁTARO, R. F. **Educação em valores**: a escola como espaço de formação para a cidadania na sociedade contemporânea. Encontro de produção científica e tecnologia. UNESPAR/Fecilcam. Paraná, 2013.

PAIXÃO, D. L. L. **Adolescência e direitos humanos no contexto de uma sociedade violenta**: Um estudo de Representações Sociais. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SIEGEL, N. **Fundamentos da Educação**: Temas Transversais e Ética. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). Indaial: Ed. ASSELVI, 2005. 119p